

01 CONTROLE



Autorização Ambiental Nº 60843

Validade 09/07/2026

Protocolo 218678882

Instituto Água e Terra Sustentável e Turismo Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Autorização nº Validade Protocolo SPI de origem 60843 24 Meses 218678882 Autorização Ambiental para Atividade de:

Autorização Ambiental para afugentamento, salvamento e resgate de fauna silvestre terrestre e aquática da CGH Corumbataí Santo Antônio I

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista contido no expediente protocolado sob o número anteriormente citado, expede a presente Autorização a:

•		•	•	j		
02 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO						
Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física						
ENERGÉTICA CORUMBATAÍ SANTO ANTÔNIA LTDA						
C.G.C Pessoa Jurídica / C.P.F Pessoa Física	Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G Pessoa Física					
45392957000169	90934347-0					
Ramo de Atividade - P. J. / Profissão - P. F.						
PRODUÇÃO ENERGIA						
Endereço				Bairro		
RUA TIMBIRAS, S/ N, SALA 01				*******		
Município	UF	C	Сер		Telefone	
Pato Branco	PR	8	85500	0000	*****	
03 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO						
Empreendimento						
CGH Corumbataí Santo Antônio						
Endereço			E	Bairro **********		
Zona Rural S/N						
Município UF			(Сер		
Guamiranga PR			8	84435000		
04 DETALHAMENTO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL						
Corpo Hídrico do Entorno	Bacia Hidrográfica					
********	lvaí					
Destino do Esgoto Sanitário	Destino do Efluente Líquido					
*******	*******					
Detalhar o teor da autorização, premissas e condicionantes de sua concessão						
PARECER						
The form of the fo						
Trata-se de autorização ambiental para afugentamento, salvamento e resgate de indivíduos da MASTOFAUNA, HERPETOFAUNA, AVIFAUNA, ICTIOFAUNA E INVERTEBRADOS AQUÁTICOS e TERRESTRES, contida na fase de						
afugentamento e resgate de fauna silvestre, nas áreas de influência da CGH Corumbataí Santo Antônio, como						
atugeritainento e respate de l'accidente la salvestie, i las areas de l'initiatica da COT Conditibatai Santo Antonio, como						

condicionante da licença ambiental simplificada, localizado no município de Guamiranga/ PR. Tem como objetivo a minimização dos impactos decorrentes da supressão da vegetação e da limpeza do terreno.

A presente Autorização Ambiental está em conformidade com a Resolução CONAMA Nº 237/97 e atende a Portaria IAT 012/24, Instrução Normativa IBAMA, nº 146/07 e Resolução CEMA 107 de 09/09/2020.

Esta Autorização foi concedida com base nas informações e procedimentos metodológicos do plano de trabalho.

EQUIPE TÉCNICA:

Nome: Eduardo Issberner Panachão

CTF: 4670831 CRBio:50390/07-D

> Impressa: 09/07/2024 09:09:12 Página: 1 de 4





Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Autorização Ambiental

Nº 60843

Validade 09/07/2026 Protocolo 218678882

ART:07-0381/24

Função: Coordenação de equipe e realização do estudo da mastofauna.

CONDICIONANTES:

- 1. Os espécimes que vierem à óbito deverão ser encaminhados Museu de Zoologia da Universidade Estadual de Londrina, sendo obrigatória a apresentação da carta de recebimento com os números de tombamento dos animais ali depositados;
- 2. Quando o destino espécimes que vierem à óbito for diferente dos locais de destino especificados nesta autorização, deverão ser solicitadas ao Instituto Água e Terra autorizações específicas para o transporte do material biológico coletado;
- 3. O salvamento e resgate da fauna deverão ocorrer concomitantemente à supressão da vegetação ou em qualquer outro tipo de ação que cause danos à fauna;
- 4. O salvamento e resgate de fauna deverão compreender a variedade de grupos taxonômicos que compõem os ecossistemas, devendo-se contemplar todos os vertebrados, anfíbios e répteis, aves e mamíferos de todos os portes, sobretudo os de pequeno porte, artrópodes, especialmente abelhas nativas, grandes aracnídeos e fauna aquática;
- 5. A equipe técnica dimensionada foi considerada aceitável para 01 frente de supressão. Havendo novas frentes de supressão a equipe deverá ser redimensionada e submetida ao IAT para aprovação;
- 6. A frente de supressão deverá ser formada, minimamente, por um profissional de nível superior biólogo ou veterinário (responsável técnico);
- 7. A supressão da vegetação deverá ocorrer de forma a direcionar o deslocamento e afugentamento da fauna para áreas seguras e favorecer as fugas espontâneas dos animais, reduzindo a necessidade de resgate e manipulação de espécimes, de forma contínua e formando corredores, não formando áreas isoladas;
- 8. A supressão da vegetação deve ser controlada a fim de que os animais tenham tempo suficiente para se deslocar dentro das áreas manejadas. A equipe técnica tem autonomia para reduzir a velocidade ou interrompê-la, caso necessário:
- 9. Todos os animais capturados/coletados saudáveis e que possam ser realocados imediatamente, deverão ser identificados, registrados, tratados, marcados individualmente com os métodos autorizados;
- 10. Os procedimentos de biometria e marcação deverão ser realizados, preferencialmente, em campo de forma a minimizar o estresse animal;
- 11. Todos os animais capturados/coletados a qual o profissional da área ateste que tal espécime não têm condição de ser realocado pelo seu estado de saúde estar debilitado, que tenham injúrias e/ou escoriações deverá ser encaminhado a instituição conveniada a Clínica Escola UCPVET de Pequenos e Grandes Animais, da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná UCP. Estes animais deverão ser identificados, registrados, tratados, marcados individualmente com os métodos autorizados e realocados no meio ambiente guando possível;
- 12. Quando houver espécimes que não possam retornar a vida livre, fica sob responsabilidade do empreendedor o encaminhamento e destinação para empreendimentos de fauna mediante prévia consulta e autorização do IAT.
- 13. Caso haja captura de espécies exóticas fica proibida a soltura dos espécimes em ambiente natural, os quais deverão ser mantidos no centro de triagem provisório do empreendimento até a sua destinação ambientalmente correta. O Instituto Água e Terra deverá ser informado previamente da destinação final prevista para os espécimes;
- 14. Kits de suprimentos medicamentosos e primeiros-socorros deverão estar sempre próximos à área onde estiver ocorrendo as obras de implantação do empreendimento, contendo materiais esterilizantes, materiais para curativos e suturas, suprimentos alimentares e re-hidratante (soro), drogas anestésicas que irão tranquilizar o animal facilitando sua contenção;
- 15. Em caso de registro de ninhos de aves ameaçadas de extinção, informar ao Setor de Fauna do Instituto Água e Terra e interromper as atividades na área onde foi localizado o ninho;

Impressa: 09/07/2024 09:09:14 Página: 2 de 4





Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Autorização Ambiental

Nº 60843

Validade 09/07/2026

Protocolo 218678882

16. Apresentar relação dos recebedores de colmeias de abelhas exóticas resgatadas, incluindo nome, RG, CPF, coordenadas geográficas, cadastro técnico federal e registro no órgão competente;

- 17. Apresentar relatório final com avaliação final e crítica dos reais impactos causados pelo empreendimento, incluindo os indicadores do resgate de fauna, a relação quali-quantitativa de todos os animais que foram registrados e coletados durante a etapa de resgate de fauna, detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos que foram adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.
- 18. Todos os registros fotográficos dos indivíduos amostrados deverão apresentar coordenada geográfica, data e horário. Estes deverão ser encaminhados em formato JPEG, na aba "anexos" do eProtocolo.
- 19. Atenção especial deve ser dada ao registro, afugentamento e resgate de espécies raras, migratórias e ameaçadas de extinção;
- 20. Lista das espécies encontradas destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção do MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológicas, inclusive domésticas, e as migratórias;
- 21. Juntamente com o relatório final, apresentar tabela digital com dados brutos, situada no site do IAT (link https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Autorizacao-Ambiental), na aba Autorizações Ambientais para estudos de fauna silvestre/Modelo de planilha para apresentação dos dados brutos dos Programas de Levantamento, Monitoramento, Afugentamento e Resgate de Fauna e Monitoramento de Fauna Realocada. A mesma deverá ser inserida no protocolo de origem;
 - 22. Apresentar as fichas de registro de espécies observadas, resgatadas, de avaliação clínico-sanitária, entre outras;
- 23. O coordenador geral deve assinar o relatório se responsabilizando pelo seu conteúdo, bem como apresentar o mesmo, presencialmente, em mídia audiovisual a este Instituto Água e Terra;
 - 24. Condições específicas:
- A captura, coleta, transporte e soltura somente poderá ser realizada pela equipe técnica designada por esta autorização.
- Qualquer alteração na equipe e metodologia deverá ser informada ao Instituto Água e Terra.
- Em casos de eutanásia os procedimentos devem estra de acordo com aqueles recomendados pela resolução CFMV nº 1000/2012.
- Os procedimentos de captura, contenção, marcação e soltura deverão estar de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CFBio nº 301/2012 e seu regulamento.

25. Não é Permitido:

- CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE E SOLTURA DE ESPÉCIES EM ÁREA PARTICULAR SEM O CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO.
- CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE E SOLTURA DE ESPÉCIES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, ESTADUAIS, DISTRITAIS OU MUNICIPAIS SALVO QUANDO ACOMPANHADAS DA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO ADMINISTRADOR COMPETENTE.
- COLETA E TRANSPORTE DE ESPÉCIES LISTADAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA № 3/2003 E ANEXOS CITES.
- COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO POR TÉCNICOS NÃO LISTADOS NESTA AUTORIZAÇÃO.
- EXPORTAÇÃO DE MATERIAL BIOLÓGICO.
- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUE NÃO CONSTEM NO PLANO DE TRABALHO APROVADO PELO INSTITUTO ÁGUA E TERRA.
 - 26. Esta autorização é válida somente sem emendas e/ou rasuras:
- 27. O Instituto Água e Terra, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização;

Impressa: 09/07/2024 09:09:14 Página: 3 de 4





Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Autorização Ambiental

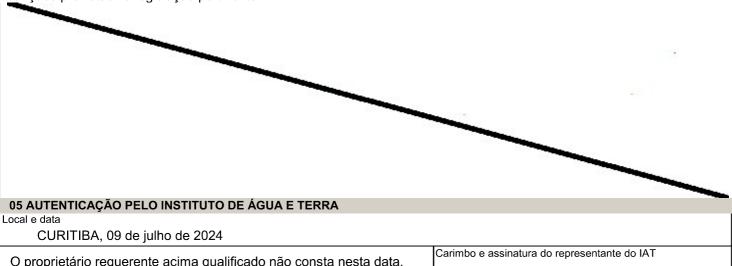
Nº 60843

Validade 09/07/2026

Protocolo 218678882

- 28. A ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, bem como omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da autorização sujeita os responsáveis, incluindo a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas em legislação pertinente;
- 29. O início das atividades e/ou de cada campanha deverá ser informado previamente ao Setor de Fauna do Instituto Água e Terra, de modo a possibilitar o acompanhamento destas por técnicos do órgão;
- 30. A equipe técnica deverá portar essa autorização (incluindo a relação da equipe técnica) em todos os procedimentos de captura/coleta/transporte/soltura;
- 31. O profissional de medicina veterinária deve estar presente em campo durante todas as atividades que envolvam o resgate de fauna;
- 32. Deverão ser identificadas e monitoradas previamente à instalação as áreas de soltura de empreendimentos com o objetivo de caracterizá-las em relação a sua composição faunística, qualidade ambiental, disponibilidade de recursos para a fauna, grau de isolamento na paisagem, além de avaliar, posteriormente, o efeito das solturas sobre a população já estabelecida nas áreas;
- 33. As áreas de soltura não poderão ser coincidentes com as áreas de controle do monitoramento de fauna do empreendimento:
- 34. Toda a equipe técnica envolvida nas atividades deverá manter o Cadastro Técnico Federal CTF regular durante o tempo de vigência desta Autorização;

35. O descumprimento das condicionantes estabelecidas nesta autorização sujeita os responsáveis à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente.



O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Água e Terra.

Impressa: 09/07/2024 09:09:12 Página: 4 de 4





Documento: AA218678882.pdf.

Assinatura Avançada realizada por: **Jose Volnei Bisognin (XXX.282.380-XX)** em 09/07/2024 09:41 Local: IAT/DILIO.

Inserido ao protocolo **21.867.888-2** por: **Yuri Matheus Rodrigues Gonçalves** em: 09/07/2024 09:19.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual $n^{\underline{0}}$ 7304/2021.